

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.752 - RJ (2019/0037847-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE  
RODAGEN-RJ FUNDERJ  
**PROCURADOR** : MÁRCIO GOMES LEAL E OUTRO(S) - RJ084801  
**RECORRIDO** : CLEBER SALLES GOULART  
**RECORRIDO** : RENATA AYRES BARRETO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado:

Constitucional. Desapropriação indireta. Processo civil. Pretensão de indenização. Improcedência do pleito. Apelação. Processo regido pelas regras do CPC/73.

Agravo retido. Não reiteração em contrarrazões de recurso. Não conhecimento.

Mérito. Prova dos autos suficiente para reconhecer conduta espoliativa de parte do réu. Pretensão de realização de obras tendentes a minorar efeitos de enchentes na região. Plano de governo. Abandono do mesmo, após ingresso em terreno dos autores, com destruição de benfeitorias (indenizadas).

Desapropriação indireta que se perfez. Transformação da área dos autores em lixão, à conta da mudança de planos estaduais. Situação constatada pela pericial realizada. Pretensão de direcionamento dos adquirentes do imóvel para demandar em face da promitente vendedora.

Não acolhimento desta tese. Ressarcimento do valor da área que se impõe, mas na exata equivalência do tanto que fora pago até o momento de expropriação, de fato, do terreno.

Sentença que se reforma. Apelo ao qual se dá provimento. Inversão das verbas de sucumbência. Juros compensatórios, de mora e correção monetária fixados consoante o entendimento do E. STJ acerca do tema.

Correção monetária seguindo a regra do art. 1º-F da lei no. 9.494/94.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados.

O recorrente alega que há divergência jurisprudencial e que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos:

a) CPC, art. 11, 489 e 1.022, II, do CPC: em razão da não apreciação pelo Tribunal Local de todos os argumentos suscitados pelo Estado, da existência de omissões e contradições no v. acórdão e da indevida

rejeição dos embargos de declaração legitimamente opostos;

b) Decreto -Lei n. 3.365/41, art. 34, Código Civil, art. 1.227 e 1.245: vez que a indenização por desapropriação (leia-se: pela perda da propriedade), somente pode ser paga ao proprietário do bem expropriado e não ao mero promitente - comprador.

c) Decreto Lei n. 58/37, art. 15 e Código Civil, art. 463, 464 e 465: tendo em vista que somente se pode reconhecer os direitos inerentes ao promitente comprador à pessoa que tenha pago integralmente o preço acordado no referido contrato preliminar.

d) Decreto -Lei n. 3.365/41, art. 24. 26 e 27, Código Civil, art. 186, 884 e 927: em razão de o acórdão recorrido ter atribuído indenização aos Recorridos pela perda de propriedade inexistente, vez que o Recorrente sequer levou a efeito a desapropriação, dando ensejo, assim, a flagrante enriquecimento sem causa dos Recorridos

d) Decreto -Lei nº 3.365/41, arts. 15-A e 15-B: em razão do indevido reconhecimento pelo acórdão recorrido da incidência de juros moratórios a partir da data da citação.

e) Decreto -Lei nº 3.365/41, arts. 15-A e 15-B: por conta do reconhecimento da incidência de juros compensatórios em favor dos Recorridos, em flagrante violação ao referido dispositivo legal.

### **É o relatório.**

#### **Decido.**

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (QO no REsp 1.328.993/CE - revisão dos temas relativos à taxa de juros compensatórios em ações expropriatórias).

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015, conforme o caso.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, NO QUAL SE DISCUTE QUESTÃO IDÊNTICA. PROVIDÊNCIA QUE NÃO ENSEJA PREJUÍZO A NENHUMA DAS PARTES. NECESSIDADE DE SE OBSERVAR OS OBJETIVOS DA LEI 11.672/2008.

(...)

4. Além disso, em razão das modificações inseridas no Código de Processo Civil pelas Leis 11.418/2006 e 11.672/2008 (que

incluiram os arts. 543-B e 543-C, respectivamente), não há óbice para que o Relator, levando em consideração razões de economia processual, aprecie o recurso especial apenas quando exaurida a competência das instâncias ordinárias. Nesse contexto, se há nos autos recurso extraordinário sobrestado em razão do reconhecimento de repercussão geral no âmbito do STF e/ou recurso especial cuja questão central esteja pendente de julgamento em recurso representativo da controvérsia no âmbito desta Corte (caso dos autos), é possível ao Relator determinar que o recurso especial seja apreciado apenas após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 543-B, § 3º, do CPC, e/ou após cumprido o disposto no art. 543-C, § 7º, do CPC. É oportuno registrar que providência similar é adotada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

5. Entendimento em sentido contrário para que a suspensão ocorra sempre no âmbito do Superior Tribunal de Justiça implica esvaziar um dos objetivos da Lei 11.672/2008, qual seja, "criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda" deste Tribunal. Assim, deve ser "dada oportunidade de retratação aos Tribunais de origem, devendo ser retomado o trâmite do recurso, caso a decisão recorrida seja mantida", sendo que tal solução "inspira-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418/06 que criou mecanismo simplificando o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal", conforme constou expressamente das justificativas do respectivo Projeto de Lei (PL 1.213/2007).

6. Agravo regimental não conhecido (AgRg no AREsp 153829/PI, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/05/2012).

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC; e 1040 e seguintes do CPC/2015 e, após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia:**

- a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**
- b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 13 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator